

ORGANIZAÇÃO E PARTIDO

Maria Isidin

O problema da organização das forças anarquistas está na ordem do dia. Muitos camaradas atribuem à falta de uma sólida organização o fato de, na Revolução Russa, os anarquistas, ainda que sempre à frente dos combates revolucionários, não terem exercido senão uma fraca influência na marcha dos acontecimentos. Assim, é a criação de tal organização, de um *partido* anarquista, que eles colocam como primeira condição de um trabalho mais frutuoso no futuro. Essa palavra “partido” provoca, por ela mesma, discussões: pode existir um “partido” anarquista? Tudo depende do sentido que se dá a essa palavra.

Pode-se denominar “partido” simplesmente o conjunto de pessoas *que pensam do mesmo modo, que estão de acordo entre si quanto aos objetivos a alcançar e os meios a empregar*, ainda que nenhum laço formal as una e mesmo que elas nem se conheçam. Quanto mais unitário é seu pensamento, quanto mais elas dão soluções semelhantes às questões particulares que se apresentam, melhor o “termo” partido pode ser-lhes aplicado. É nesse sentido que a *Internacional* fala do “grande partido dos trabalhadores”. É nesse sentido, igualmente, que falam do “partido anarquista” Kropotkin, Malatesta e outros militantes de nosso movimento, sobretudo de sua velha geração de fundadores. Nesse sentido, o “partido anarquista” sempre existiu. E mais: sempre se viu no movimento anarquista organizações mais bem definidas, tais como federações permanentes de grupos, unindo todos os agrupamentos de uma cidade, de uma região ou de um país. Essas federações sempre foram a forma habitual da organização anarquista em todos os países.

Em relação a isso, nem o projeto exposto na Plataforma dos camaradas russos nem o modo de organização adotado pela União Anarquista em seu último congresso trazem qualquer inovação. Todavia, pode-se considerar uma inovação o fato de que a Plataforma pretende modificar o *caráter fundamental* desse laço que, até o presente, unia os agrupamentos anarquistas; ela também pretende modificar essa “constituição” tácita, que sempre existiu em nossos meios e que – sem discussão, por se tratar de algo evidente – se encontrava na base de toda organização anarquista. Em seu desejo de estreitar os laços entre os militantes, os autores da Plataforma propõem fundar o

“partido” anarquista segundo um novo modelo, aquele que é adotado pelos outros partidos, com as decisões obrigatórias tomadas por maioria, um comitê diretor central etc. Tal partido deve, em sua concepção, curar o movimento anarquista da maioria dos males dos quais ele sofre.

Ficamos surpresos ao ver que a experiência da Revolução Russa, que mostrou com tão extraordinária evidência a inaptidão da ditadura de um partido para dirigir a vida social, não só não conduziu esses camaradas a perguntar-se que *outras* organizações deviam ocupar o primeiro lugar no trabalho revolucionário, mas, ao contrário, fez nascer neles a aspiração a um partido forte e centralizado. E o mesmo vale para os camaradas franceses. Sabemos que a *União Anarquista* adotou em seu congresso de Orléans uma declaração de princípios na qual ela separava-se claramente dos anarquistas individualistas e proclamava uma série de proposições fundamentais relativas tanto ao ideal social do anarquismo quanto a seus meios de luta. No último congresso, essa declaração foi novamente adotada como um documento fundamental da União. Isso não foi o suficiente; o congresso acreditou ainda ser útil elaborar *estatutos*; e foi aí que se manifestou a tendência centralizadora, contrária não apenas aos princípios anarquistas em geral, mas ao texto do próprio “documento” que acabavam de adotar.

A declaração de Orléans proclama, desde o início, que o princípio da autoridade é a raiz de todo o mal social, que o centralismo manifestamente faliu, política e economicamente, que, na base da sociedade futura, devem-se encontrar uma comuna livre e uma federação livre de comunas; a comuna, por sua vez, deve ser apenas o conjunto de associações diversas que existem em um mesmo território. Todo centralismo é, por princípio, excluído da organização social, que deve ser suficientemente maleável para que cada indivíduo na associação e cada associação na federação desfrutem de uma liberdade completa. Tudo isso é unanimemente admitido por todos os anarquistas e, se os autores da declaração de Orléans acreditaram ser útil enunciar uma vez mais essas verdades, foi com o objetivo de propaganda. E tínhamos o direito de esperar “estatutos” em concordância com esses princípios. Mas não ocorreu assim: imaginando criar algo novo, nossos camaradas seguiram os mesmos procedimentos dos outros partidos.

De início, as decisões, na União, são tomadas *por maioria*. Essa questão da maioria é algumas vezes considerada um simples detalhe, um meio cômodo de resolver as questões. Ora, ela tem uma importância capital, pois está indissoluvelmente

vinculada à própria noção de uma sociedade sem poder. Em sua crítica de todas as formas de Estado, mesmo as mais democráticas, os anarquistas partem desse princípio, segundo o qual *as decisões tomadas por um grupo de pessoas não podem ser obrigatórias para outros, que não as adotaram e que não estão de acordo com elas* – quer se trate de uma maioria, quer se trate de uma minoria, pouco importa. É inútil, evidentemente, repetir aqui todos os argumentos contra o princípio da maioria que abundam em nossa literatura; todos os camaradas os conhecem, ainda mais porque se servem deles cotidianamente para mostrar o caráter fictício da representação popular sob o regime parlamentar. Por que, então, esse princípio, cujo absurdo e cuja injustiça aparecem tão claramente quando se trata da sociedade futura, torna-se benéfico e justo quando ele aplica-se a nosso próprio meio? Ou a maioria *tem sempre* o direito de dominar, ou então se deve renunciar a esse critério aritmético da verdade e buscar outro.

Em sua empolgação pela organização, nossos camaradas perdem de vista que, em vez de estreitar a união, a sujeição da minoria só fará nascer novas lutas internas; em vez de um trabalho produtivo, as forças serão desperdiçadas pela conquista da maioria nos congressos, nos comitês etc. E isso é compreensível; a vida no seio do partido não é fácil, nessas condições, senão aos membros da maioria dominante; os outros são paralisados em sua ação. A resolução do congresso da União o diz, por sinal, muito claramente, ao proclamar que, embora tendo o direito de criticar as resoluções propostas, a minoria não deve, uma vez que tiverem sido adotadas, atrapalhar sua aplicação. Isso significa que essa minoria deve calar-se ou deixar o partido, e, então, em vez de um partido único, têm-se dois, comumente mais irritados um contra o outro do que contra o inimigo comum. Uma outra resolução do congresso diz que nenhuma crítica deve ser exercida fora da organização, e que ninguém tem o direito de servir-se das colunas de *Le Libertaire* para criticar as decisões adotadas. Ora, *Le Libertaire* é o órgão oficial da União e, como tal, deve refletir todas as opiniões existentes no seio desta última. Sua situação é completamente diferente daquela de um órgão fundado por um grupo de camaradas bem unidos com vistas a propagar *suas* ideias: esses camaradas têm perfeitamente o direito de não dar lugar, em seu órgão, às opiniões opostas, pois eles não pretendem representar ninguém, exceto eles próprios. O mesmo acontecia com o antigo *Libertaire*, com o *Temps Nouveaux* e com quase todos os órgãos da imprensa anarquista. Mas quando um jornal proclama-se o órgão da União das federações anarquistas de toda a França, todos os membros dessa União têm direito ali. Ora, a resolução adotada mostra claramente que esse direito só é reconhecido pela maioria.

Por mais que se possa fazer algumas censuras ao nosso movimento anarquista, é preciso fazer-lhe justiça no seguinte: ele sempre foi estranho às intrigas de congresso, às manobras eleitorais, à preparação artificial das maiorias etc. E isso unicamente graças ao princípio que nele dominava até hoje, ou seja, que *as decisões só são obrigatórias para aqueles que as adotaram* e não podem ser impostas àqueles que não as aceitam. A força dessas decisões e a responsabilidade engajada são, por sinal, ainda maiores, pois, para alguém que tomou uma decisão por si mesmo, esta é mais importante do que uma decisão adotada sem ele e, com frequência, contrariamente à sua vontade.

Talvez nos digam: “Se os camaradas agrupam-se em torno de um programa seriamente pensado e bem elaborado, aceito por *todos*, as divergências só concernirão a detalhes, e o sacrifício consentido pela minoria será mínimo.” Está longe de ser sempre assim. A vida traz todos os dias novas questões, algumas vezes muito importantes, mas que era impossível prever no momento em que o entendimento aconteceu; a essas questões, respostas diferentes serão talvez dadas. Foi assim que os anarquistas na França encontraram-se outrora divididos diante do movimento sindical, mais recentemente diante da guerra, e que os anarquistas na Rússia dividiram-se diante do movimento makhnovista, da atitude a tomar em relação ao bolchevismo etc. Se, nesses momentos, os anarquistas tivessem sido agrupados em um autêntico “partido”, a decisão de um congresso sobre questões dessa gravidade teria sido aceita por todos? Essas questões referem-se à consciência de cada um e à sua maneira de conceber a revolução; uma decisão mecânica adotada por maioria pode impor-se nesses casos?

* * *

Uma outra tendência desponta com a introdução do princípio da maioria e a limitação da autonomia dos agrupamentos: desejar-se-ia ver todas as iniciativas anarquistas controladas por uma organização única, do tipo hierárquico, tendo à sua frente um Comitê Executivo único. Os estatutos adotados pelo último congresso da União contêm uma série de proposições que soam estranhamente aos nossos ouvidos. Eis, por exemplo, grupos pertencentes à minoria, isto é, que não aceitam uma resolução qualquer tomada pelo congresso; reconhece-se a essa minoria o direito de crítica (até agora, ao menos), mas suas críticas deverão ser dirigidas unicamente à Federação à qual ela pertence (e deve obrigatoriamente pertencer, se ela quiser fazer parte da União) ou à comissão administrativa central, “que só elas são competentes para ouvir essas críticas e

respondê-las”. Ou seja, a minoria não tem o direito de disseminar simples e abertamente suas opiniões entre os camaradas (sem falar do público); ela deve dirigir-se à instância indicada, por via hierárquica. Assim, tende-se a substituir em toda a parte a livre iniciativa dos grupos pelo princípio de eleição e delegação: ninguém deve empreender o que quer que seja se não for autorizado pela organização competente. Um jornal, uma revista, por exemplo, não podem nascer da iniciativa de um grupo ou de uma pessoa: eles não podem ser editados senão por delegados da Federação anarquista e só devem refletir as ideias adotadas em seus congressos. O mesmo vale para a edição dos livros ou de brochuras, para as conferências, os clubes, inclusive os caixas de socorro aos camaradas encarcerados. À primeira vista, essa “organização” parece ser a certos espíritos uma coisa muito prática. Mas, na realidade, tais regras (se os meios anarquistas mostrassem-se capazes de submeter-se a elas) acabariam por matar completamente o movimento. Eis um grupo de camaradas que se propõe a fundar um jornal de propaganda e que tem a possibilidade de fazer isso; ele não tem o direito de fazê-lo; ele deve, previamente, pôr-se de acordo com o conjunto da organização existente e propor a esta assumir a publicação. Suponhamos que ela consinta e designe delegados para esse fim; será uma felicidade se as concepções dos iniciadores concordarem com aquelas da maioria da organização; só então eles deverão ceder a publicação projetada e colocá-la em outras mãos (o que também nem sempre é bom). Mas se esses delegados, portavozes da maioria, vêm com uma ideia oposta àquela do grupo iniciador? Este último, então, tem só uma coisa a fazer: renunciar à publicação. E o jornal não é fundado. Ao contrário, quando um agrupamento empreende uma publicação por conta de seus riscos e perigos, aqueles dos quais ela satisfaz as aspirações agrupam-se em torno dela, propagam-na, aumentando a força de expansão. Outros, de uma tendência diferente, fundam outros órgãos, e essa variedade da imprensa anarquista, longe de prejudicar a propaganda, ao contrário, só a fortalecem.

Eis um grupo de camaradas que quer editar livros ou organizar conferências. “Quem vos permitiu?”, perguntar-lhe-ão. “É preciso saber, de início, se os grupos existentes consentem em encarregar-vos disso e se eles aprovam vosso programa.” O trabalho para. Colocam-se a discutir nos grupos, a elaborar quantidades de programas. Ao final, como é impossível satisfazer a todos, a iniciativa fracassa e seus iniciadores perdem, por muito tempo, a vontade de começar o que quer que seja.

Só a completa ignorância da história e da vida do movimento anarquista permite o surgimento de tais projetos de “organização”. Tudo o que foi criado em nosso

movimento de precioso e estável foi obra de grupos e personalidades bastante ricas de iniciativa para avançar sem esperar ser autorizados por quem quer que fosse. Assim foram criados os melhores órgãos da imprensa anarquista; assim começou a propaganda nos sindicatos, que resultou na criação do sindicalismo revolucionário; foi assim que a ideia anarquista conservou-se, em sua pureza e em sua lógica, no seio de certos agrupamentos convictos e firmes, a despeito de todos os desvios, de todas as traições. Não cabe ao poder de qualquer organização mecânica substituir essa iniciativa. O papel de uma organização é facilitar o trabalho dos indivíduos e não entravá-lo; e por uma razão ainda maior no movimento anarquista, que não é muito forte numericamente para permitir-se atrapalhar a ação de seus aderentes e desperdiçar forças preciosas. E é nisso que necessariamente resultará a tendência que surgiu no último congresso da União anarquista.

O movimento anarquista necessita agora não de novas formas de organização, mas de um programa concreto e bem definido do trabalho a fazer no momento em que, após uma revolução vitoriosa, todas as iniciativas serão permitidas na obra criadora da nova sociedade. Só o conhecimento daquilo que os anarquistas terão a propor nesses momentos decisivos assegurará a eles a influência que sua ideia lhes dá direito. Para isso, deve-se, não matar as iniciativas e extinguir os pensamentos, mas, ao contrário, provocar uma livre e viva troca de todas as opiniões; caso contrário, as forças serão desperdiçadas nas mesquinhas da luta intestina e o verdadeiro trabalho não dará um passo sequer.

Criticar é sempre mais fácil, dirão, talvez, alguns camaradas; é muito mais difícil – e mais útil – pôr em ação um modo prático de organização que ajudaria a eliminar de nosso movimento aquilo que o enfraquece. Alguns camaradas projetam para isso a criação de um partido mais ou menos centralizado, embasado no princípio da maioria; outros – inclusive a autora destas linhas – creem que tal partido seria mais nocivo do que útil.¹ Eles não negam, evidentemente, nem a necessidade da organização para os anarquistas em geral, nem a necessidade de livrar o movimento dos problemas que o impedem de adquirir a influência social à qual suas ideias dão-lhe direito. Mas que forma de organização eles podem opor àquela que é sugerida pela Plataforma, e que princípios eles vão colocar na base dessa organização, que eles desejam ser mais livre,

¹ Os fatos mostraram-no mais cedo do que se poderia tê-lo imaginado: transcorreram só algumas semanas desde o último congresso da União para que a organização cindisse-se em duas, e *Le Libertaire* passa-se a circular com muita dificuldade.

para alcançar os mesmos resultados: acordo com os princípios, uma linha de conduta determinada pela ação prática, a consciência, para cada um, de sua responsabilidade diante do movimento?

O erro fundamental de nossos camaradas partidários da Plataforma reside, talvez, no fato de que eles desejam que uma união de grupos, ou mesmo que um centro diretor, purifique nosso movimento, em vez de pedir isso aos próprios *grupos*. Não é da federação, mas dos grupos que a constituem que podemos exigir tal ou qual linha de conduta; o centro de gravidade do movimento está ali: a federação será aquilo que forem os grupos que a compõem. E, quando as questões forem colocadas e discutidas, não em escala federativa, mas no nível dos grupos, sua solução será enormemente facilitada: um grupo pode facilmente fazer o que uma vasta organização não pode. A elaboração de uma linha de conduta única para a federação inteira oferece dificuldades intratáveis, pois ela supõe decisões tomadas por maioria e acarreta, assim, inevitáveis conflitos internos. A escolha dos aderentes e a eliminação de elementos indesejáveis, cuja presença compromete o movimento, é uma tarefa que o órgão diretor da federação é incapaz de desempenhar satisfatoriamente. Ele é pouco capaz de zelar para que a ação de todos os membros esteja conforme aos princípios anarquistas. Mas tudo isso pode ser fácil e naturalmente realizado por cada grupo em seu seio. Assim, a primeira questão a resolver é a seguinte: quais são os princípios fundamentais que um programa anarquista pode colocar na base de sua vida?

É impossível dar uma resposta geral, aplicável a todos os grupos, pois ela poderia ser muito diferente segundo os objetivos perseguidos pelo grupo e as condições nas quais ele age, consoante o fato de que o grupo foi fundado com vistas a uma tarefa prática particular ou à propaganda geral, seja em período de calma, seja em período revolucionário; que a ação do grupo seja aberta ou clandestina etc. Mas é possível, contudo, formular algumas considerações gerais.

Eis uma primeira questão: é desejável que o grupo seja composto de camaradas que tenham a mesma concepção da ideia anarquista, ou, vários anarquistas de tendências diferentes (comunistas, individualistas etc.) podem colaborar no grupo? A questão foi colocada no último congresso anarquista. Alguns camaradas pensam que, visto que cada uma das tendências anarquistas existentes contém ideias justas, é melhor não se deter nos desacordos e “sintetizar”, ao contrário, tudo o que parece precioso, para disso fazer a base do trabalho comum. Esse modo de ver o problema parece, à primeira vista, muito lógico e perfeitamente realizável, mas, quando se reflete sobre isso, vê-se

que uma união assim compreendida seria puramente formal. Evidentemente, podem apresentar-se circunstâncias em que os anarquistas de diferentes nuances agirão de concerto, mas o mesmo vale para todos os revolucionários em geral: os anarquistas colaboraram com os bolcheviques na luta contra os exércitos brancos. Esses casos serão sempre frequentes nos momentos revolucionários; esses entendimentos, na maioria das vezes tácitos, são, então, completamente naturais e necessários. Todavia, nas condições de uma ação durável e em período calmo, o acordo sobre os princípios fundamentais não basta. Suponhamos que um anarquista individualista, um anarquista comunista e um anarquista sindicalista ponham-se de acordo para proclamar sua oposição ao Estado e sua aprovação da forma comunista da propriedade (admitindo que o individualista aceite): que importância prática isso terá porquanto, logo depois, seus caminhos divergirão? O individualista preocupa-se com a emancipação do indivíduo desde já, no regime social existente (colônias, vida na natureza, “amor livre” etc.); desdenhando das massas e de seus movimentos, ele não se sentirá solidário a elas. Que ação comum terá, pois, com seu camarada comunista? Por outro lado, um camarada sindicalista puro só dará importância às tarefas do movimento operário e não colaborará senão com alguns entre os camaradas comunistas; ele poderá, inclusive, encontrar-se em desacordo com eles, por exemplo, na questão das relações entre os sindicatos e os agrupamentos anarquistas. E assim em tudo. Na ação cotidiana, os meios próprios a tal ou qual tendência desempenham um papel tão importante, que o acordo sobre os princípios gerais admitidos por todos está longe de ser suficiente. Quando os desacordos no seio de um grupo são reais e não concernem apenas ao hábito de certas etiquetas, eles perturbam a ação do grupo, pois seus membros, sem ser solidários entre si, nem em sua propaganda, nem nos métodos escolhidos, despendem boa parte de sua energia em discussões internas. Ao contrário, um grupo bem unido, compondo-se de camaradas que não têm mais o que discutir entre si quanto aos pontos mais essenciais, que, em todas as circunstâncias, podem responder uns pelos outros do ponto de vista da propaganda e da ação; tal grupo pode tornar-se muito influente, ainda que seja pouco numeroso. Ademais, grupos com distintas concepções serão fundados; não há nisso nenhum mal, pois não há nenhuma utilidade em querer agregar o maior número possível de camaradas em uma mesma organização.

O recrutamento de membros ao acaso talvez seja a principal causa dos problemas da maioria dos agrupamentos. Com muita frequência, uma pessoa se torna anarquista fácil e rapidamente, sem ter tomado conhecimento das outras escolas

socialistas, nem mesmo do anarquismo, naquilo que suas teorias têm de fundamental. Preparam-se, assim, no futuro, para si próprio e para os camaradas, desagradáveis desilusões, pois, à medida que os conhecimentos aumentam e o horizonte expande-se, essa pessoa passa a concordar que talvez tenha tomado um caminho equivocado e que a opção pelo anarquismo tenha se dado por ignorância de todo o resto. Um dia, perguntaram diante de mim a um socialista revolucionário russo em que momento de sua vida ele cessara de ser marxista: “Quando comecei a ler algo além de Marx”, respondeu.

As coisas podem ser muito mais graves se não se trata apenas de uma teoria que se admite ou não, mas de uma causa à qual se consagrou uma parte de sua existência e que se sente em um determinado momento incapaz de defender, porque nunca se tinha refletido de antemão sobre as críticas dos adversários. Por outro lado, a vida dos grupos com frequência torna-se difícil, por um excesso de espírito prático: aceita-se tal ou qual camarada em razão dos serviços que ele pode prestar (como orador, teórico, administrador etc.), sem atentar que o conjunto de seu perfil moral ou intelectual não satisfaz as exigências do grupo.

É claro que essa severidade na escolha dos membros só é possível para o grupo e não para a federação, e que nenhum estatuto federal jamais poderá assegurá-lo. Todavia, se ela é posta em prática nos agrupamentos que constituem a federação, esta última verá inúmeras questões difíceis resolvidas por si mesmas.

Em nossa concepção, o laço entre os diferentes agrupamentos é absolutamente livre e decorre unicamente de suas necessidades; nenhum centro, nenhum secretariado tem o direito de ditar aos grupos com quem, sob quaisquer formas e sobre quais bases, eles devem unir-se. Laços podem estabelecer-se por razões muito variadas: afinidades intelectuais, ação comum, aproximação territorial etc. Acontece, em geral, que agrupamentos de uma mesma região estejam em relações, mas pode acontecer (e vimos exemplos disso) que um grupo parisiense tenha laços de solidariedade mais íntimos com um grupo de Londres ou de Genebra do que com aquele de um bairro vizinho. Em geral, os quadros fixos, em que cada grupo deve obrigatoriamente fazer parte de tal federação, e cada federação manter laços com a vizinha por intermédio obrigatório de tal comitê podem (se realmente se observam todas essas regras) paralisar todo o trabalho. Um secretariado pode ser um órgão muito útil para facilitar as comunicações, mas é apenas um instrumento ao qual se recorre quando se crê necessário.

O movimento anarquista sempre realizou congressos; eles podem ter uma

importância muito grande se resultam da atividade dos grupos *preexistentes*, que sentem a necessidade de compartilhar uns com os outros seu trabalho e suas ideias; mas não para *criar* uma ação que não existe. Algumas características particulares de nossos congressos devem-se aos próprios princípios do anarquismo. Assim, até hoje, os camaradas, aos se reunirem para um congresso, não deveriam ser obrigatoriamente *delegados* pelos grupos, mas poderiam participar individualmente.² Contrariamente ao que se faz nos outros partidos, em que os delegados trazem *do congresso* as resoluções às quais seus membros não têm outra coisa a fazer senão submeter-se, os delegados anarquistas levam *ao congresso* as resoluções, as opiniões, as tendências de seus respectivos agrupamentos. O congresso pode exprimir em relação a elas seu modo de ver – e isso é tudo. A contagem dos votos (se julgam útil fazê-lo) só pode ter um caráter estatístico; pode ser interessante saber quantos camaradas e pertencendo a quais agrupamentos pronunciam-se em tal ou qual sentido. A importância dos congressos nisso não é mínima, e seu trabalho torna-se, por isso, ainda mais sério: em vez de servir de arena para manobras com vistas a conquistar a maioria, eles podem ocupar-se dando a conhecer o estado do movimento em diferentes localidades, seus sucessos e seus fracassos, suas diferentes tendências etc. As resoluções só podem expressar desejos e opiniões que os delegados devem comunicar a seus grupos, os quais podem ser adotados ou rejeitados.

Esse esquema, em suma, só retoma aspectos bem conhecidos e que pareceriam, inclusive, demasiado evidentes para que fosse útil falar deles aqui; mas a confusão atual nos espíritos é tal, que nos sentimos obrigados a recordar velhas verdades. O laço *formal* entre organizações é aqui extremamente fraco: eis por que toda a importância é atribuída ao laço *interno*, intelectual e moral. E, nesse esquema, quanto mais o indivíduo ou o grupo é formalmente livre, menos está subordinado ao que quer que seja, mais vasta e séria é sua responsabilidade moral. Aqui, cada membro do grupo é responsável pela ação desse grupo inteiro – ainda mais responsável, porque as resoluções são tomadas de comum acordo e não de modo mecânico, por maioria. Por outro lado, todo o grupo é responsável pelos atos de cada um de seus membros, ainda mais responsável, igualmente, porque não recrutou seus membros senão com discernimento, aceitando só aqueles que lhe convinham. Em seguida, a federação por inteiro responde pela atividade de cada um dos grupos que a constituem – precisamente

² Esse estado de coisas foi modificado no último congresso da “União Anarquista”, quando se introduziu o princípio da maioria.

porque nada torna obrigatório o vínculo consentido e porque os grupos sabem de antemão com quem e com vista a que eles unem-se. E cada grupo responde por toda a federação – precisamente porque esta última nada pode fazer fora de seu consentimento.

E mais ainda. Cada anarquista, quer queira quer não, porta a responsabilidade *moral* pelos atos de seus camaradas, conquanto nenhum laço formal vincule-o a eles; cada ação contrária à ideia anarquista, cada atitude contraditória tem uma repercussão sobre o conjunto do movimento, e isso estende a responsabilidade para além do indivíduo, para além mesmo de seu grupo imediato. E é essa consciência de sua responsabilidade que deve ser o grande motivo capaz de manter a solidariedade nos meios anarquistas. Talvez ela nem sempre seja suficientemente compreendida e talvez aí esteja a fonte de muitos problemas de nosso movimento, problemas que se desejaria remediar com novas formas de organização. Nós não cremos na eficácia dessas medidas; nossa confiança dirige-se preferencialmente a outros meios, de caráter bem diferente, e dos quais só abordamos aqui alguns.

Dados técnicos:

* Este texto foi publicado em *Plus Loin* nº 36 de março de 1928 e nº 37 de abril de 1928.

* Traduzido do francês ao português por Plínio Augusto Coêlho. Revisado por Felipe Corrêa.